

## FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 9º, nº 2

Assunto: Serviços de saúde e assistência domiciliária

Processo: I301 2006176 – despacho do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Director-Geral, em 24-01-2008

Conteúdo: 1.A exponente tem por objecto social *"a gestão de centros residenciais para pessoas da terceira idade, tais como residências geriátricas, residências assistidas e centros de dia, e a prestação de serviços integrados de cuidados a pessoas de qualquer idade, quer em centros de carácter social quer mediante assistência domiciliária"*.

2.Através dos balcões da entidade A, decidiu a exponente disponibilizar um cartão em duas modalidades diferentes, que permitem aos respectivos titulares e ou beneficiários o acesso a um conjunto de serviços de saúde e assistência domiciliária, bem como a um conjunto de benefícios e descontos proporcionados, quer pela exponente, quer por outras entidades que com aquela tenham celebrado acordos de parceria ou colaboração para a prestação de serviços médicos e hospitalares em condições preferenciais, conforme dispõem as condições gerais de adesão aos cartões em referência.

3.A adesão aos referidos cartões implica o pagamento de uma quantia que pode ser efectuada anualmente ou em quatro prestações trimestrais, consoante a modalidade escolhida na ficha de adesão, mediante débito em conta bancária a favor da exponente.

4.Aos beneficiários dos cartões a exponente presta serviços médicos (consultas e meios de diagnóstico), bem como o transporte de urgência ao hospital e outros serviços não relacionados com a saúde, sendo determinado, nos termos e condições do contrato de adesão, a gratuidade de alguns desses serviços.

5.Considerando a natureza dos serviços abrangidos pelo cartão, descritos nas condições gerais do contrato, pretende a exponente saber se a comercialização dos cartões está isenta de IVA, bem como se é necessário a emissão de factura, aquando da sua utilização, por forma a dar cumprimento às condições constantes no contrato.

6.Nos termos do nº 2 do artº 9º do CIVA, estão isentas *"As prestações de serviços médicos e sanitários e as operações com elas estreitamente conexas efectuadas por estabelecimentos hospitalares, clínicas, dispensários e similares"*.

7.Assim, relativamente aos serviços de saúde a prestar pela requerente, conforme consta do contrato de adesão aos cartões, consubstanciando-se tais serviços em consultas resultantes na aplicação de tratamentos ou assistência de carácter médico e/ou terapêutico por prescrição médica, verifica-se que as prestações de serviços revestem a natureza de serviços médicos e sanitários.

8.Assim sendo, independentemente da natureza jurídica do estabelecimento, tendo em conta as prestações de serviços efectuadas (actos médicos),

podemos considerar como similar o estabelecimento em causa, conforme previsto no citado diploma, pelo que as operações efectuadas pela exponente no âmbito dos serviços de saúde, beneficiam do regime de isenção consignado no n.º 2 do art.º 9.º do CIVA.

9. Por outro lado, o n.º 6 do art.º 9.º do CIVA, refere que está isento de imposto *"O transporte de doentes ou feridos em ambulâncias ou outros veículos apropriados efectuado por organismos devidamente autorizados"*.

10. De acordo com a citada disposição legal para que a isenção prevista no número anterior seja possível, torna-se necessário que a entidade tenha na sua posse autorização para efectuar aquele transporte.

11. De acordo com o contrato de adesão aos cartões o montante pago anualmente pelos respectivos utentes, e porque o mesmo não resulta de uma contraprestação resultante da administração de cuidados médicos – o utente pode não utilizar os serviços respectivos – funcionando antes, como uma garantia de disponibilização de um conjunto de serviços médicos (e não só), a sua comercialização está afastada do campo de aplicação de isenção de imposto, prevista no art.º 9.º do CIVA, devendo ser considerada uma operação sujeita a IVA e dele não isenta, à taxa normal de 21%.

12. No que respeita à facturação, estabelece a alínea b) do n.º 1 do art.º 28.º do CIVA, a obrigatoriedade de *"Emitir uma factura ou documento equivalente por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, tal como vêm definidas nos art.ºs 3.º e 4.º do presente diploma, bem como pelos pagamentos que lhes sejam efectuados antes da data da transmissão de bens ou da prestação de serviços"*.

13. Por outro lado, as facturas ou documentos equivalentes devem conter os elementos referidos no n.º 5 do art.º 35.º do CIVA, encontrando-se abrangidos pelo conceito de documento equivalente, as notas de crédito, as notas de débito, as facturas-recibo, assim como qualquer recibo, desde que para a mesma operação não seja passada factura.

14. Assim sendo, ainda que o contrato preencha todos os requisitos legais exigidos no n.º 5 do art.º 35.º do CIVA, não poderá este considerar-se um documento equivalente, na medida em que não reflecte as operações efectivamente realizadas, uma vez que cada beneficiário poderá utilizar a totalidade, apenas alguns ou mesmo nenhuns dos benefícios ou serviços a que poderá aceder quando adere a qualquer dos cartões.

15. Pelo exposto, nas facturas ou documentos equivalentes, a emitir nos prazos e requisitos exigíveis no art.º 35.º do CIVA, deverão ser discriminados os serviços prestados, bem como a taxa de imposto a aplicar a esses serviços, sendo que, quando se trate de serviços de saúde, deverá justificar o motivo da não aplicação do imposto "Isenção n.º 2 do art.º 9.º do CIVA", conforme dispõe a alínea e) do n.º 5 do art.º 35.º do CIVA.

16. Relativamente aos restantes serviços, para os quais não iniciou a actividade, bem como a actividade já iniciada (assistência domiciliária), considerados pela exponente isentos de IVA ao abrigo do n.º 8 do art.º 9.º do CIVA, convém esclarecer que apenas beneficiam da isenção prevista naquele normativo as prestações de serviços e as transmissões de bens efectuadas no exercício da sua actividade habitual desde que a exponente veja reconhecida a sua utilidade social, o que é feito, caso a caso, pelos Centros Regionais de Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 133-

A/97, de 30 de Maio.